

diologia junto ao CRTR e exigência de supervisor de Aplicações Radiológicas

Decisão: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ex.^{mos} Srs. Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e nesta parte, negar-lhe provimento. Votaram com o Relator os Ex.^{mos} Srs. Ministros Demócrito Reinaldo, Humberto Gomes de Barros e Milton Luiz Pereira. Ausente, justificadamente, o Ex.^{mo} Sr. Ministro Garcia Vieira.

Nesse sentido, uma vez que a URC possui registro junto ao CRM/SC, não há fundamento para a exigência do CRTR.

Do Supervisor das Aplicações Técnicas em Radiologia

No que diz respeito à indicação de Supervisor das Aplicações Técnicas em Radiologia, entendemos que os CRTR's vêm distorcendo a letra de lei.

Isso porque, a normatização das questões que envolvem proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico encontra-se reunida na Portaria nº 453, de 01.06.98, editada pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

Referida Portaria, dotada de força de lei e abrangência nacional, aprova o Regulamento Técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico e sobre o uso dos raios-x diagnósticos, e, a esse título, não traz qualquer previsão quanto ao aludido Supervisor das Aplicações das Técnicas em Radiologia.

Para responder pelas ações relativas ao programa de proteção radiológica a Portaria em questão impõe, apenas, que os estabelecimentos que tenham por objeto social o radiodiagnóstico, nomeiem um profissional para o cargo de "Supervisor de Proteção Radiológica de Radiodiagnóstico", detentor da sigla SPR.

Vejamos o teor das disposições alusivas ao cargo supra:

"Art. 3.19 Em cada serviço de radiodiagnóstico deve ser nomeado um membro da equipe para responder pelas ações relativas ao programa de proteção radiológica, denominado supervisor de proteção radiológica de radiodiagnóstico (SPR).

a) O SPR deve estar adequadamente capacitado para cumprir as responsabilidades que lhe competem e possuir certificação de qualificação conforme especificado neste Regulamento.

b) O SPR pode assessorar-se de consultores externos, conforme a necessidade e o porte do serviço. As atividades exercidas pelos assessores externos devem estar discriminadas no memorial descritivo de proteção radiológica."

Relativamente aos requisitos para ocupação do cargo de SPR, a Portaria 453 é enfática ao destacar que não apenas o técnico em radiologia poderá fazê-lo, mas, também, o próprio médico, haja vista que a certificação de qualificação exigida para o Responsável Técnico (médico com conhecimentos certificados em física de radiodiagnóstico) permite que o profissional seja investido no cargo de SPR:

"Art. 3.35 Para desempenhar as funções de SPR no serviço é necessário atender a um dos seguintes requisitos:

a) Possuir certificação de especialista em física de radiodiagnóstico, emitida por órgão de reconhecida competência ou colegiados profissionais cujo sistema de certificação avalie o conhecimento necessário em física de radiodiagnóstico, incluindo metodologia das radiações ionizantes e proteção radiológica, e esteja homologado no Ministério da Saúde para tal fim, ou

b) Possuir a mesma certificação de qualificação exigida para o RT do serviço."

Nesta esteira, tem-se por exigíveis apenas as normas emanadas da Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária e não as editadas pelo CONTER, de caráter eminentemente corporativista, mormente porque toda e qualquer diligência a ser empreendida pelos agentes sanitários locais nas clínicas será permeada pela Portaria 453.

Assim é que, existindo nos quadros das clínicas profissional que detenha a qualificação necessária para responder pelas funções de Supervisor de Proteção Radiológica, seja técnico ou médico, resta clara a desnecessidade de "preencher" o cargo aludido na Resolução CONTER, pois já se está cumprindo as exigências da Vigilância Sanitária, dotadas de força de lei, diferentemente do que ocorre com a Resolução em questão.

Feitas essas elucidações sobre a função e qualificação necessária para o exercício do cargo de "Supervisor das Aplicações das Técnicas Radiológicas", entendemos ter restado nítida a desnecessidade de atendimento à exigência do CRTR.

S.m.j., esse é o nosso parecer.

Dra. Renata Yoshioka Alves de Souza é advogada da Bueno Barbosa Advogados Associados